

MULHERES RURAIS E AGROECOLOGIA: PERDAS E GANHOS DE UM APRENDIZADO COTIDIANO NAS CHAPADAS DO LESTE MARANHENSE FRENTE À EXPANSÃO DA MONOCULTURA DE SOJA

Silvane Magali Vale Nascimento

Universidade Federal do Maranhão

E-mail: magalisilvane@bol.com.br

Resumo: Este artigo expõe e analisa as condições de vida das agricultoras familiares camponesas no município de Brejo: as suas lutas, conquistas e desafios frente à expansão do agronegócio e a participação delas na reprodução do campesinato local frente à expansão da monocultura de soja.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Mulheres rurais; Agroecologia.

Abstract: This article presents and analyzes the living conditions of female peasant family farmers in the Brejo county: their struggles, achievements and challenges given the expansion of agribusiness and their participation in the reproduction of the local peasantry in face of the expansion of soybean monoculture.

Keywords: Family agriculture; Rural women; Agroecology.

Introdução

A monocultura de soja desenvolve-se no bioma cerrado, local que se constitui em um reservatório de diversas espécies vegetais e animais e de recursos hídricos. Este bioma ocupa aproximadamente 25% do território nacional. As espécies alimentícias, madeireiras, medicinais, ornamentais e outras são as mais usadas pela população nativa. As espécies frutíferas desempenham papel relevante na alimentação da população local e dos animais silvestres. Mulheres e homens coletam os frutos do cerrado no município de Brejo, porém as mulheres são as responsáveis quase exclusivamente pelo seu beneficiamento, quer para o autoconsumo das famílias, quer para a comercialização em pequena escala. Muitas mulheres alegam terem criado os seus filhos alimentando-os com frutos da chapada, a exemplo do pequi. Além do alimento, as famílias utilizavam as espécies madeireiras para a construção de casas e móveis por meio de manejos sustentáveis.

Contudo, no final da década de 1990, a monocultura de soja começou a ser implantada no Município de Brejo como parte de uma estratégia do capital na realização de economias de enclave¹. Dessa forma, o cerrado passou a constituir-se em um espaço capturado pelo capital, realizando-se sobre agricultores (as) familiares camponeses (as) processos de expropriação e exploração. Cabe ressaltar que a estratégia de implantar monoculturas de soja nessa região consta nos planos do governo brasileiro desde a ditadura militar.

Conforme Ferreira (2008),

em 1978, a Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA), sob a coordenação do Centro Nacional de Pesquisa da Soja (CNPSO)/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), ampliou e criou um projeto de pesquisa com soja. A prioridade das pesquisas foi dada aos estudos sobre seleção de genótipo, resistência a pragas e doenças, épocas de semeadura, correção de solo com calcário e fósforo, adubação e outras questões para obter a adaptabilidade da cultura em algumas regiões do estado, com destaque para os municípios de Balsas, Bacabal e Brejo (FERREIRA, apud NASCIMENTO, 2011, p. 71).

A topografia da chapada e o seu solo são características favoráveis à expansão da monocultura de soja, assim como do eucalipto e de outros monocultivos, daí as vantagens locais que essas áreas representam para o agronegócio das monoculturas.

Logo, defendo a tese de que nas chapadas do cerrado convivem duas lógicas de uso deste recurso natural: aquela que considera a chapada como uma

¹ Economia de enclave: é economia baseada na exploração de matéria-prima no setor agrícola, mineral ou industrial, de países periféricos ou em desenvolvimento, voltada à exportação.

área que complementa o trabalho das famílias nativas numa integração como outros sistemas produtivos da unidade familiar de produção, e assim presta-se à reprodução biológica e social dessas famílias; e aquela que considera tal espaço como uma mercadoria, um meio de produção que se compra, usa e dela se desfaz uma vez cumpridos os seus objetivos.

A ideia de mercadoria parece ser a melhor definição para expressar a relação entre o agronegócio e o bioma cerrado, do qual a chapada é parte. A chapada, para o agronegócio, se constitui tão somente terra de negócio em contraposição à terra de vida para agricultores(as) familiares que ali vivem e trabalham. Nesse segundo caso, trata-se do espaço delineado por uma geografia humana; então, fala-se de um espaço-lugar.

E neste espaço-lugar, os sujeitos desenvolvem formas de ser e fazer. Em se tratando do município de Brejo, está-se diante de agricultores familiares de base camponesa, uma vez que estas famílias, além de manterem a centralidade da mão de obra do trabalho na família, o fazem com base em uma divisão sexual e etária do trabalho que herdaram dos ensinamentos repassados entre gerações, mantêm com a natureza uma relação baseada, em sua maioria, em ensinamentos repassados por pais e avós e tem como principal objetivo a reprodução física e social das gerações futuras; nisto consiste o real significado da palavra sustentabilidade.

Outra característica dessas famílias é a predominância da produção para autoconsumo sem desvinculação com o mercado, ou seja, embora essas famílias comercializem parte de sua produção, realizam a comercialização em processos de alternatividade (GARCIA JÚNIOR, 1983), considerando quando e o que comercializar. Ora a comercialização é predominante, ora é o autoconsumo. Porém, é importante considerar que essa autonomia torna-se por vezes relativa, frente aos condicionantes existentes.

Nesses processos de produção e reprodução, as mulheres desempenham papel muito importante, porém, sem a visibilidade devida. A participação das mulheres nos sistemas de produção na unidade de produção familiar tem relação direta com os cuidados da casa que são atribuídos a elas como “funções naturais” a serem por mulheres desempenhadas: cozinhar, lavar, cuidar dos filhos e velhos etc. As mulheres também participam ativamente das atividades comunitárias. A interseção dessas atividades faz desaparecer o caráter de trabalho nas atividades produtivas e nas atividades dos cuidados. E, dessa forma, invisibiliza-se a luta e prática das agricultoras familiares camponesas na defesa do patrimônio familiar e comunitário diante das pressões do capital.

A expansão da soja no município de Brejo causou inúmeros danos à natureza e, conseqüentemente, às famílias camponesas. As mulheres foram atingidas diariamente no seu trabalho na esfera doméstica e fora dela. Neste trabalho, desenvolvo análise junto a agricultoras familiares camponesas nos seguintes povoados: Vila das Almas, Criulis, Santa Teresa, Pacuti e São Raimundo/Boa Esperança, em Brejo/MA.

A coleta de frutos da chapada, o manuseio na criação de animais suínos na chapada e nos quintais, o consumo de água, a pesca em rios e igarapés etc. têm a participação das mulheres mais do que dos homens. Mas, à medida que a soja destrói esses recursos da natureza, as mulheres perdem os meios de trabalho.

Em contextos como esse, a agroecologia tem um papel fundamental: recuperar as condições de produção do agroecossistema, mas também da sociabilidade antes existente na realidade referida dentro de critérios de respeito à natureza e ao espaço-lugar em suas diversas dimensões: econômica, social, ambiental, cultural e temporal.

A agroecologia é um conceito polissêmico, pois, como afirma Altieri (2012), “pode significar muitas coisas” (p.26). O referido autor conceitua agroecologia em uma perspectiva por ele denominada de ampla, ressaltando que geralmente agroecologia

[...] refere-se a uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção. [...] Num sentido mais estrito, a agroecologia refere-se ao estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem na produção agrícola, tais como relação predador/presa ou competição cultura/vegetação espontânea (ALTIERI, 2012, p.27).

Ecossistema é o ambiente natural e tudo que há nele, sem ainda ter sofrido alteração pela intervenção humana. São sistemas porque mantêm uma relação de interdependência entre os diversos seres que o compõe. Esses sistemas são capazes de se autorregular. O agroecossistema, por sua vez, significa a alteração nesses sistemas por meio da ação humana, criando subsistemas.

Esses subsistemas apresentam desequilíbrios e, por isso, precisam se reorganizar para voltarem a si autorregular. Esses desequilíbrios não são simplesmente processos naturais, ao contrário, são causados por intervenções sociais, econômicas e culturais, como ocorre no bioma cerrado com a monocultura de soja.

Por essa razão, a agroecologia se constitui uma alternativa às adversidades sociais, econômicas e ambientais às quais estão expostas e condicionadas es-

sas famílias. E as agricultoras familiares têm se colocado como protagonistas na introdução dessa forma de produzir nas comunidades.

A divisão sexual do trabalho na unidade familiar camponesa: a participação e o conhecimento feminino

Nas sociedades pré-capitalistas, a divisão sexual do trabalho não se fundamentava em relações de inferioridade e/ou subordinação entre homens e mulheres. Os estudos mostram que essa divisão era determinada fundamentalmente pelas necessidades dos grupos e tinha como suporte a cooperação entre todos os seus membros.

Como ressalta Muraro (2012), não era a força física que determinava as atribuições aos sexos nas sociedades pré-históricas. Para essa autora, até a existência do *Homo sapiens* não se tem notícias do domínio masculino que prevaleceu posteriormente, possivelmente com base na naturalização das atividades exercidas pelas mulheres com a gestação e cuidado com os filhos, o que passa a se estender a todo o grupo. Mas, ainda nesse contexto, como ressalta Muraro, “[...] as tarefas femininas provavelmente possuíam mais valor do que as masculinas [...]” (MURARO, 2012, p.30). Somente com o patriarcado, a divisão sexual do trabalho representará a “inferioridade da mulher”.

O patriarcado, compreendido como uma relação de poder que os homens exercem sobre as mulheres, não nasceu com a humanidade. Diferentemente das relações de gênero, o que concebemos como relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres e homens e homens, que estão presentes desde o princípio, se complexificam e se transformam em relações de poder entre os sexos à medida que as sociedades se transformam.

Se o patriarcado não está desde o presente da humanidade, o que determina o seu surgimento?

Para Muraro (2012), foi a transcendência do homem ao dominar a natureza para atender as suas necessidades biológicas que o conduziu à idéia de mando como condição para manter o controle das relações com a natureza, com a vida material e com as mulheres. Sobre estas últimas, isto se dá após o conhecimento do processo de fecundação, o que ocorre junto com a acumulação de riquezas que se inicia com as sociedades pastoris. Aqui falo de riqueza e não de capitalismo.

Para Delphy (2009, p.174), a palavra patriarcado em seu sentido etimológico “é literalmente a autoridade do pai”. A autora recorre à etimologia para mostrar como o conceito transformou-se com a história. O termo, que tem

a sua origem no contexto histórico das primeiras comunidades cristãs, referia-se àquele que desenvolvia o papel de um líder da comunidade, o seu papel era considerado de um pai, porém sem nenhuma filiação biológica. A relação de pai era determinada pela condução dada por ele à comunidade. Delphy ressalta que, com a modernidade, vários sentidos foram atribuídos ao termo patriarcado e que é com as teorias feministas que o patriarcado adquire o sentido que tem hoje: a dominação dos homens independente de existir a filiação biológica.

Carole Pateman (1993) nos explica que o patriarcado adquire, na modernidade, um sentido jurídico de contrato sexual. Diz a autora,

O patriarcado não é puramente familiar ou está localizado na esfera privada. O contrato original cria a sociedade civil patriarcal em sua totalidade. Os homens passam de um lado para outro, entre a esfera privada e a pública, e o mandato da lei do direito sexual masculino rege a dois domínios (PATEMAN, 1993, p.29).

Afirma, ainda, a autora, que “A legislação e o Estado civil, bem como a disciplina (patriarcal) não são duas fontes de poder, mas dimensões da estrutura complexa e multifacetada de dominação do patriarcado moderno” (PATEMAN, 1993, p.34).

Neste sentido, o patriarcado incorporou as relações de gênero, transformando-as em relações de poder à medida que se apropriavam da natureza e a colocavam à disposição dos seus interesses. As sociedades no Ocidente organizavam-se com base nos domínios de acumulação de riquezas e no domínio entre os homens e dos homens sobre as mulheres. Esta última encontra total legitimação no Estado Moderno. E o capitalismo encontrou no patriarcado um dos pilares da sua sustentação, tal qual encontrou no racismo, formando assim uma simbiose junto com o capitalismo, em que, embora cada um desses sistemas mantenha autonomia entre si, compõe um todo articulado.

E como ressalta Saffioti (2004), o patriarcado se reatualiza. Ao reatualizar-se, ele adquire capilaridade nas sociedades. Daí a historicidade do conceito de patriarcado. Diferentemente do que dizem alguns estudiosos (as), o patriarcado não é um conceito superado. Mas também não é linear. A sua reatualização exige pensá-lo adequadamente em cada contexto (espaço e tempo). E é nesse sentido que o patriarcado nas relações do campo difere do patriarcado nas relações do meio urbano.

Em se tratando das agricultoras familiares camponesas, é fundamental compreender o campesinato como relações em que se estabelece profunda integração entre relações de produção e reprodução e que, a depender do contexto, tornam-se indissociáveis, como é o caso das áreas pesquisadas e

apresentadas neste artigo. Trata-se de um modo de vida, além de um modo de produzir (SHANIN, 2008).

Em se tratando das mulheres, essa indissociabilidade é mais presente, uma vez que nelas recaem a responsabilidade com as atividades domésticas, os cuidados com a família, o atendimento às necessidades comunitárias, assim,

Nesse modo de produzir e de viver, o trabalho da mulher se insere na produção para valor de troca, para valor de uso voltado às necessidades de reprodução física e de geração de recursos monetários, bem como à reprodução de conhecimentos, de cultura e de participação política, ou seja; amplia-se a concepção de trabalho para além da esfera estritamente produtiva. Contudo, a concepção hegemônica de trabalho nos países capitalistas tende a negar ou secundarizar o trabalho feminino como atividade produtiva nas unidades de produção familiar rural, fato que decorre da cristalização de papéis sexuais, gerando uma divisão sexual do trabalho fundamentada em separação e hierarquização entre os sexos, com predominância do poder masculino (NASCIMENTO, 2011, p. 168).

As mulheres participam de várias atividades nos sistemas produtivos. Em alguns, elas trabalham quase exclusivamente. Contudo, as mulheres rurais convivem com a invisibilidade do seu trabalho ou com a definição de ajuda ao trabalho realizado anualmente na produção e reprodução da agricultura familiar. Concepção esta reproduzida pelas mulheres que assumem a identidade de ajudantes desses sistemas, especialmente do roçado concebido como trabalho dos homens.

Pesquisadora: Quem ajuda mais no sustento de casa, são os homens ou as mulheres?

Dona Fé: É os homens.

Pesquisadora: Por quê?

Dona Fé: É porque eles trabalho mais que a gente mesmo. Porque sempre o homem tem mais atividade. Faz uma coisa, faz outra. E as mulheres acompanha, mas não é como o home (Dona Fé – agricultora familiar camponesa – Povoado Pacuti/Brejo – setembro de 2010).

O depoimento anterior exige problematizarmos a categoria trabalho como categoria-chave na divisão sexual do trabalho realizado nas sociedades capitalistas. Com base na idéia de produção de mercadorias.

Marx (1991) mostra que nas sociedades capitalistas o trabalho adquire a forma de valor de uso ou de valor de troca. No primeiro caso, o processo de trabalho adequa os elementos naturais às necessidades humanas, fala-se de produção para consumo; no segundo caso, criam-se produtos que embora sendo destinados também ao consumo, antes são submetidos ao mercado até chegar ao consumidor. Neste caso, o produto do trabalho é uma mercadoria. A própria mão-de-obra humana torna-se mercadoria, pois, o trabalho se realiza por meio

de condições contratuais. No caso da produção para consumo, essa relação não existe, pois produtores (as) são ao mesmo tempo consumidores (as).

Com base nessas concepções, a produção para consumo deriva do trabalho denominado improdutivo, e a produção destinada à comercialização denomina-se trabalho produtivo. É essa classificação que orienta a divisão social do trabalho fundada em uma hierarquia de valores atribuída ao trabalho, em que o trabalho feminino é representado como de menos valor e o trabalho de homem é separado do trabalho de mulher, reservando a ambos os sexos lugares desiguais (KERGOAT, 1986).

Esta hierarquia constitui a base da divisão sexual do trabalho: produção e reprodução. Sendo o trabalho produtivo oriundo das relações de produção e o trabalho improdutivo oriundo das relações de reprodução. Essa classificação e hierarquização configuram uma relação de poder, ainda que esse poder nem sempre seja imediatamente percebido. Está-se diante do poder simbólico (BOURDIEU, s/d). Dessa forma, o trabalho feminino nas unidades familiares de produção aqui mostradas é representado de forma secundária ou até mesmo subsumida frente ao trabalho masculino.

Pesquisadora: Na sua opinião, as mulheres trabalham na roça ou elas só ajudam?

Dona X.C: Ajudam também... trabalham, né? Porque às vez a mulher não tem o marido, aí ela tem que...

Pesquisadora: Qual é a diferença entre trabalhar e só ajudar?

Dona X.C: Porque quando ela vai trabalhá, ela pega em tudo e quando vai só ajudá, ela só vai ajudá ou plantá ou... ou botá nas cova que a gente chama, quer dizer, alguém abre as cova de milho, ou da... do feijão e ela só vai ajudando botá, né?

Dona X.C: Só algumas coisa, aí... (Dona X.C – agricultora familiar camponesa - Povoado Santa Teresa/Brejo – agosto de 2010).

Pelo depoimento exposto, a entrevistada mostra que a força física é condição para a definição do que seja o trabalho na roça.

O processo de socialização de homens e de mulheres, desde a infância indica “lugares e papéis” a serem desempenhados por ambos os sexos. E o sexo é a justificativa para tal. O sexo constrói uma moralidade, normas e prescreve comportamentos a serem seguidos. Isto resulta na formação de uma ideologia patriarcal. A entrevista coletiva a seguir demonstra que as relações de gênero de cunho marcadamente patriarcal são reproduzidas por gerações e têm nas mulheres as suas reprodutoras.

Mas é importante compreender o patriarcado também como uma ideologia, para que não recaia sobre a mulher uma responsabilidade histórica

pela reprodução do patriarcado. Conforme Chauí (2008), a ideologia é o ocultamento da realidade, ou melhor, do movimento do real, que é a própria história, a forma como os homens (e mulheres – acréscimo meu), instauram um modo de sociabilidade em condições nem sempre escolhidas pelos sujeitos que a vivem.

Essa sociabilidade se fixa nas instituições (família, instituições religiosas, instituições de trabalho, nas artes etc.). As idéias e representações (formas de explicar o vivido) são criadas para explicar, justificar e legitimar essa sociabilidade. Para algumas das entrevistadas, essa sociabilidade pode ser desconstruída e reconstruída em novas bases. E, mesmo sendo um processo difícil, não é impossível, sendo perceptíveis essas transformações em algumas famílias dos povoados.

O patriarcado funciona como uma ideologia, uma vez que “encobre” as relações de dominação e de exploração dos homens sobre as mulheres, e mais do que isso, oculta as determinações dessa relação. Por essa razão, é importante recuperar o pensamento de Marx e Engels (2004) quando afirmam que as condições materiais de vida determinam a consciência dos homens. Nessa perspectiva, podemos pensar que o desocultamento da realidade não é tarefa simples.

Paulilo (2010) explica que a lógica entre trabalho leve e trabalho pesado é determinante para a representação elaborada sobre o trabalho das mulheres e o trabalho dos homens na roça; logo, a representação social do que seja trabalho leve ou pesado depende dos sujeitos que realizam determinado trabalho. Nascimento (2011), fundamentada em Paulilo, destaca que

o significado de trabalho pesado é aquele que exige esforço físico ou a transformação da matéria-prima em mercadoria, ainda que essa não adentre o mercado, expressando uma relação valorativa entre o “trabalho de homem” e o “trabalho de mulher”. Considerando que as práticas sociais efetivadas por tais famílias são constitutivas das contradições das relações sociais, a representação social de trabalho apresentada por algumas mulheres expressa ambigüidades (NASCIMENTO, 2011, p.171).

Para Carrasco (2008), “centrar o objetivo na vida humana significa dar visibilidade, valor e reconhecimento ao trabalho de cuidados, recuperar uma experiência feminina sem a qual não seriam possíveis nem a vida nem o mercado” (CARRASCO, 2008, p.96).

Essas mulheres também são as responsáveis diretamente pela produção voltada para o autoconsumo, com a criação de animais nos quintais, com a produção de hortas, com o plantio de fruteiras e o seu beneficiamento para

alimentação familiar e produção de polpas para a venda em pequena escala. Sob a sua responsabilidade também está a pesca para consumo familiar e o preparo da alimentação com a dieta dos peixes e mariscos, além da produção de remédios caseiros oriundos do plantio de pequenos hortos medicinais e o pouco dessas espécies que sobrevivem em pequenos pedaços de chapadas.

Dona Fé: ...E ainda por cima a gente pesca nesses rio quando tá melhor. A gente pesca pra vê... Um dia a gente não tem uma inteira de um feijão, vamu lá pescá de peneira... de... A gente pesca pra poder ajudar.

Pesquisadora: As mulheres pescam?

Dona Fé: Pesca sim. E sem esse trabalho, fica mais difícil pra nossa situação, pra nois criá nosso filho, pra nois manter o dia a dia... mais dispendioso (Dona Fé – agricultora familiar camponesa – Povoado Pacuti/Brejo – agosto de 2010).

Esse outro depoimento reafirma a participação das mulheres na pesca:

Pesquisadora: E a pesca? As mulheres participavam da pesca pelo que vocês falaram...

Maria de José: Ah, a pesca era mais...era as mulheres

Maria Vida: É as mulheres...

Pesquisadora: E ainda tá fácil de pescar depois que tem a soja?

Fran: A gente ainda pesca...ainda. Só que os peixe sempre são mais poucos, sempre são miudinhos (Entrevista coletiva – D. Maria de Jose, D. Maria Vida e Fran – agricultoras familiares camponesas – Povoado São Raimundo/Brejo – 22 de janeiro de 2010).

À medida que essas mulheres se reconhecem como protagonistas do processo de reprodução e participes importantes dos sistemas produtivos, identificam a desvalorização que existe em relação ao seu trabalho na esfera privada e pública.

Pesquisadora: E vocês, são vários serviços?

D.Graciosa: É. Porque olha: a dona de casa, ela bota água, ela limpa a casa, ela cuida do menino, ela cuida de tudo, faz almoço, faz tudo e ainda vai pra roça, eu acho que é mais.

D.Graciosa: É lutando em casa (Dona Graciosa – agricultora familiar camponesa Povoado Pacuti/Brejo – agosto de 2010).

Por estarem inseridas nesses diversos sistemas de produção agrícola, as mulheres rurais detêm diversos conhecimentos sobre a biodiversidade na qual se inserem. No caso das pesquisas aqui apresentadas, foi possível observar que as mulheres falavam com muito domínio sobre a produção agrícola familiar. Mas também compreendem que compartilhar tais saberes enriquece a forma de lidar com a natureza. Daí se colocarem sempre dispostas à partilha

do saber. E na pesquisa *Relações de gênero e trabalho: mulheres recriando o cerrado na Mesorregião Leste maranhense em meio à monocultura de soja*, isto ficou presente desde o início, quando da apresentação da proposta de pesquisa-ação por meio das visitas domiciliares, como é possível observar nas falas que seguem, quando a equipe de pesquisadoras(es) fomentava questões com base nos princípios agroecológicos, sobre a importância das famílias manterem nos quintais criações e canteiros de hortaliças, pois tanto as aves quanto as hortícolas têm no quintal condições satisfatórias para o seu habitat.

Agricultora familiar E: Eu ainda não entendi como vai ser...prende a galinha?

Agricultora familiar M: prender a galinha era e era ruim porque gasta muito dinheiro pra comprar ração.

Agricultora familiar M: presa fica feia porque precisa comer e fica amarela veia...

Agricultora familiar E: Fica feia porque o espaço que a gente já experimentou é pequeno.

Agricultora familiar M: Mas não dá pra fazer não...a gasta muito. Um saco de milho é RS 50,00.

Técnico: E quem foi que disse que a senhora precisa comprar milho?

Agricultora familiar E: Aí é que eu não consegui entender.

Técnico: talvez você não precise comprar nenhum quilo usando a tecnologia que a gente ta falando... é bom estudar, né?

Agricultora familiar E: Aí é que a gente quer chegar... a um acordo porque só pra gente sem o conhecimento, uma outra tecnologia pra ajudá, a gente não vai conseguir (trechos da entrevista com E e M- Povoado Criulis – agosto de 2002) .

Percebe-se que a agricultora “E”, embora assumindo os limites no seu conhecimento sobre o sistema quintal, não desconsidera o seu saber acumulado ao longo dos anos, e nisto consiste a agroecologia, que sem desconsiderar a ciência e a tecnologia, reconhece que as populações do campo são sujeitos de conhecimentos produzidos e reproduzidos ao longo de gerações.

A produção para o autoconsumo é a renda “[...] que o agricultor obteria se vendesse, em vez de consumir essa parcela da produção” (ROMEIRO, p.78). Nesse sentido, concordo com Garcia Júnior (1994), constatando que há uma negligência no trato com os dados oriundos da renda consumo nos cálculos contábeis da economia camponesa pelos economistas e cientistas sociais. Dessa forma, atividades importantes são desconsideradas nos cálculos da renda na unidade de produção familiar camponesa.

A roça é priorizada na maioria das unidades familiares de produção no Norte e Nordeste e em outras regiões do país, determinada pela necessidade de garantir a alimentação para autoconsumo, bem como garantir algum ex-

cedente que possa ser comercializado em atendimento às necessidades não produzidas nessas unidades. Dessa forma, “o roçado é um espaço masculino” (WOORTMANM e WOORTMANM, 1997, p.54). Concordo com esses autores quando consideram que, embora as mulheres participem das várias etapas do roçado, são a broca e a derruba as etapas mais ressaltadas pelos homens por demarcarem a “masculinidade” do roçado. Contudo, compartilhando de outra perspectiva de análise que difere dos autores mencionados, compreendo que as relações de gênero são determinantes para a divisão sexual do trabalho tal qual ocorre nessas áreas pesquisadas.

A roça tem uma simbologia pautada nas relações de gênero, como, aliás, os demais sistemas de produção os têm. Tais símbolos são socializados desde a infância e passam a configurar uma espécie de *habitus camponês*, ou *habitus camponeses*.

Nesse sentido, os ensinamentos do roçado e dos demais sistemas de produção rural condicionam comportamentos e papéis entre os sujeitos com base no sexo. A terra, o mato, as sementes, enfim, cada elemento tem uma pertença mais voltada a uma identidade de sexo: masculino ou feminino.

D. C.X: Eu encoivarava, eu plantava, eu capinava, eu colhia. Eu as vezes quando era preciso fazia até cerca.

Pesquisadora: Fazer cerca é difícil? São mais os homens que fazem?

D. C.X: É... é mais os homi.

Pesquisadora: Na roça tem trabalho que é só do homem, e tem trabalho que é só da mulher?

D. C.X: Tem... as vez tem mulher que faz o trabalho do homi também. Mas é difícil. É poucos que faz. Porque pra brocar tem mulher que faz, pra derrubar... só que é difícil, num sabe? É difícil de encontrar essas que faça isso. Mas esses dois serviços aí, mais é dos homi. Cortar também é dos homi (Dona C. X – agricultora familiar camponesa – povoado Santa Teresa/Brejo – agosto de 2010).

Na agroecologia, o enfoque volta-se para a superação da dicotomia que separa e hierarquiza homens e mulheres, secundarizando os conhecimentos e trabalhos femininos. Mas este é seguramente um desafio para a agroecologia, uma vez que não será capaz de alterar pilares estruturantes da sociedade sem que as estruturas de fato se transformem.

Assim, percebe-se que as transformações operadas pelo capital interessam às mulheres porque, de diversas formas, atingem as suas vidas. Por essa razão, a economização da vida (LEFF, 2006), que transforma a natureza em mercadoria, é um assunto tão pertinente ao cotidiano das mulheres rurais.

A representação da natureza pelas mulheres rurais e a preservação do patrimônio familiar e comunitário frente à expansão da soja

A monocultura de soja no município de Brejo se deu por meio da implantação de fazendas nos entornos dos povoados e às vezes dentro dos mesmos com a apropriação das terras da chapada, utilizando instrumentos ilícitos ou lícitos de compras de terras, prevalecendo o primeiro caso. A chapada, que inicialmente “parecia terra com menos valor para a população”, começa a fazer falta às famílias à medida que aumenta a expropriação desse recurso natural, pois os sojicultores crescem em quantidade impressionante no município no final da década de 1990.

Pesquisadora: Fafa, com a chegada da soja muda a forma de plantar, criar os bichos, usar as fruteiras?

Fafa: Porque lá no desmatamento eles corta o pé de bacuri, né? Que pé de bacuri a gente tirava a massa, a polpa pra guardar, e o pequi a gente tira a casca e bota no freezer. Pode comê o tempo todo. E hoje que eles faz a desmatação não tá dando mais assim.

Pesquisadora: E sobre a criação?

Fafa: Sobre a criação também, porque, no caso, tudo desmatado, cercado, não tem pra onde os bicho sair, comê pra...sabe? Aí hoje, pra gente criar tem de ser tudo preso porque se sair, lá vai pro cercado de um vizinho, uma roça de um amigo.

Pesquisadora: Tem problema criar preso?

Fafa: É difícil porque a gente gasta muito. Cuim², comprar a comida, tudo tem que ser comprado (Fafa – agricultora familiar camponesa – Povoado Criulus/Brejo entrevista realizada em janeiro de 2011).

Ao ouvir a população local, me pareceu que a representação da chapada como terra de menor valor está associada à ideia de não trabalho; ou seja, em uma terra onde não tem a força do trabalho do homem, onde os frutos nascem sem a intervenção humana, em que, diferentemente da roça, tais frutos não representam o alimento cotidiano das famílias, lugar onde não se pode fazer roça, essas e outras características me parecem compor, no imaginário daquela população, a imagem da chapada como um espaço bom, que, por ser imenso, não se esgotaria; logo, não era alvo de maior interesse, uma vez que não havia disputa em torno da mesma e também não parecia ser componente básico da reprodução biológica das famílias.

Fran: A chapada pro produtor rural, fora o capão que eles aproveitavo pra fazê roça no toco, só serve mermo pra soltá os bicho: gado, jumento, essas coisa assim, porco, e prá apanhá fruto. Era só isso. Eu nunca vi ninguém plantando nada na chapada, não.

2 Farelo do arroz que serve de alimento ao porco

Pesquisadora: Vocês sabiam que a chapada servia para plantar soja? Antes dos gaúchos chegarem?

Fran: Ninguém sabia. Justamente eles diziam praqueles (para aqueles) que eles iam comprar que a terra não servia pra nada

Pesquisadora: Eles que diziam? Os gaúchos?

Fran: Exatamente. Não servia pra plantá coisa. Só servia mesmo pra plantá soja, adepois (depois) de muito bem tratada.

Pesquisadora: E por que tu achas que serve para plantar soja?

Fran: Ah, porque eles têm os produtos químico que melhora a terra. Melhora e piora porque fertilizar e adepois deixa o estrago aí (Fran - Agricultora familiar camponesa - Povoado São Raimundo/Brejo - entrevista realizada em janeiro de 2010).

Como argumenta Almeida,

A repetida invocação de “modernidade” e “progresso” parece justificar que os agentes sociais atingidos pelos “grandes projetos” sejam menosprezados ou tratados etnocentricamente como “primitivos” e sob o rótulo de “atraso”, não importando se forem povos indígenas, quilombolas, “povos do cerrado” brasileiro ou “povos das savanas africanas” (2010, p. 112).

Percebo que, embora a Mesorregião Leste do Maranhão não esteja no centro da produção do agronegócio, ela se torna importante ao capital à medida que apresenta condições satisfatórias para realizar o que Campos (2011) denomina de territorialização do agronegócio. Para essa autora,

[...] o processo de territorialização também inclui a apropriação de espaços com baixa densidade técnica e demográfica³, que constituíam o que Denise Elias e Renato Pequeno (2006:15) denominaram de “lugares de reserva à produção e consumo agropecuários globalizados”. Segundo estes autores, o Sul dos Estados do Maranhão e Piauí e Oeste da Bahia são exemplos de regiões em que a produção de soja tem promovido bruscas transformações no meio técnico e na dinâmica social (CAMPOS, 2011, p.114).

Reafirmando o já dito anteriormente, à medida que avançava a monocultura de soja no município, a população começa a identificar o processo de expropriação ao qual está sujeita. E entendem que, além de perderem a chapada, outros danos são causados à população, como explica Dona Fé.

Dona Fé: É porque a chapada, a gente sobrevivia de muita coisa da chapada não, é? Os porco da gente era criado na chapada. Ia tudo pra lá, lá ficavo, aí quando voltavo, porca tinha parido muita vezes, e nutria muito bem os porco porque tinha o tucum, o arazã, o murici, muita coisa na chapada. Eles se alimentavo e muito melhor do que na ração, preso no chiqueiro (Dona Fé - agricultora familiar camponesa - Povoado Pacuti/Brejo - outubro de 2010).

3 Nessa última característica, o município de Brejo não se enquadra necessariamente.

É nesse contexto de ausências e proibições que a expropriação se manifesta para a população, levando-a a perceber que a chapada não mais lhes pertence; ocorre efetivamente a territorialização do agronegócio.

Aí acontece que às vezes eu... Uns dias fico pensando: oh, meu Deus, daqui ninguém come nenhum bacuri, nem um pequi, nem nada, porque eu já to pelo menos três anos ou mais disso... Nunca mais quase comi um pequi e um bacuri. Ninguém pode apanhar um porque isso tudo é de campo e os bacurizinho que tavo grande foi cortado, acabou, tem ali uns pezinho que eles deixaro... Esse bacuri... A medida desse bacuri é um pau muito bom que dá madeira para casa, pra muito... Pra muita coisa... De mercadoria... É uma madeira boa... Mas aí não tá tendo agora... Tão comprando pau de fazer casa na cidade. Mas, aqui mesmo tá difícil, difícil tê (ter)... Num acha não, de jeito nenhum porque algum pauzinho que tem um bacurizinho, aí derruba o bacuri de repente... É vendavi, eu achei ruim é só isso... Das fruteiras, que eles acabaro tudo, da gente comê e fazê um dinheirinho (D. Maria Vida – agricultora familiar camponesa – Povoado São Raimundo/Brejo- janeiro de 2010).

Esse processo de territorialização do agronegócio, conforme denomina Campos (2011), é representado por empresas transnacionais, na articulação entre latifúndios, agronegócio e o Estado e tem profundos impactos negativos na vida da população, com destaque para as mulheres rurais da região.

O clima mudou. O consumo de fruta mudou... Da chapada. Tudo mudou pra menos: o clima mudou pra mais quente, menos chuva. O inverno antigamente costumava começar em dezembro, novembro... Hoje em dia, as chuva começa mermo é mais... E a água foi poluída, senão tivesse esse poço artesiano, a gente não tava bebendo. Não sei nem como o povo daqui tava sobrevivendo, porque você vê bem que do ano passado pra cá⁴, de mês de... Novembro? Mês de outubro, novembro?... Setembro. Já setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, já tá com nove mês, continua poluído. Não tá... Não alimpou. Aí imagine se não tivesse poço artesiano (Fran - agricultora familiar camponesa – Povoado São Raimundo/Brejo – entrevista realizada em janeiro de 2011).

Régis (2008) chama a atenção para o fato de que há milhares de anos o cerrado guarda as nascentes das principais bacias hidrográficas do país, porém, as monoculturas, especialmente de soja e eucalipto, têm secado rios e nascentes nesses espaços, além de poluírem tais recursos hídricos. Ressalto que esse se constitui um dos grandes obstáculos às mulheres rurais, pois na falta de água nos domicílios, cabe sempre às mulheres providenciarem o abastecimento dos mesmos.

As mulheres nos povoados pesquisados referem-se à diminuição de água nos rios a cada safra anual de soja. Para elas, esse é um claro sinal de que a situa-

4 A entrevistada refere-se ao ano de 2010.

ção de vida na região tem piorado quando se trata de pensar a natureza que antes existia. Aliás, vale ressaltar que essa é uma concepção compartilhada pelos moradores(as) dos povoados em geral, conforme expressa o documento a seguir:

Depois da chegada da soja, tudo mudou... Os agrotóxicos colocados nas plantações de soja atingem diretamente a nossa comunidade. Quando chove, as enxurradas carregam o veneno para os nossos rios, poluindo as nossas águas, colocando em risco a nossa saúde e a sobrevivência dos peixes e animais [...] Os nossos rios não resistiram a essa intoxicação e suas nascentes começaram a secar. Agora não podemos usar a água para beber e quando banhamos nelas sentimos coceira. (trechos de redações elaboradas pelas mulheres rurais do Povoado Vila das Almas com o título: a nossa vida antes e depois da soja).

Os depoimentos revelam que os impactos hoje vividos por essa população em relação à água é resultado da apropriação do espaço pelo capital, representado nesse caso pelo agronegócio da soja. Nesse sentido, concordo com Rodriguez e Silva (2013), ao afirmarem que

com relação ao desequilíbrio em relação à água e seus diferentes estados, deve-se buscar as causas nas complexas relações entre sociedade e natureza, que manifestam-se também no sistema hídrico, contendo as suas múltiplas contradições [...] A água tem de ser considerada como parte essencial de um dado território, ou seja, como a inscrição da sociedade na natureza, com todas as contradições que se apresentam nos processos de apropriação da natureza pelos seres humanos, por meio das relações sociais e do poder (2013, p.72-3).

Em todos os países, as mulheres nos povoados rurais e em áreas de periferias urbanas sempre lidaram e lidam diretamente com os recursos hídricos; tanto que na luta empreendida pelas mulheres em seus países, no campo e na cidade, o direito à água sempre está presente entre as suas principais reivindicações, são elas que mais sentem concretamente as consequências da ausência de águas nos seus lares, pois, como já mencionado neste trabalho, na ausência deste recurso, a elas recai como mais uma atividade do dia a dia: transportar água para os lares para realizar atividades domésticas e da produção agrícola do quintal.

Acreditando na potencialidade do lugar como espaço de vida, valorizando o espaço em que vivem como um espaço de histórias de vidas, as mulheres assumem de formas sub-reptícias no cotidiano lutas e desafios para enfrentar as imposições do capital. E, dessa forma, em várias partes do planeta, as mulheres têm se articulado para enfrentar as imposições da globalização aos seus territórios. Entre avanços e recuos, as trabalhadoras rurais em suas mais diferentes frações têm colocado nas pautas de governos de seus países e nas reuniões e cúpulas internacionais os impactos em suas vidas e de suas comunidades, do desenvolvimento com base no produtivismo e na acumulação do capital.

E foi com essa disposição que se iniciou o projeto *Relações de gênero e trabalho: mulheres recriando o cerrado na Mesorregião Leste maranhense em meio à monocultura de soja*, financiada pelo CNPq (2011 a 2012), na Mesorregião do Leste Maranhense, em meio à monocultura de soja no município de Brejo no estado do Maranhão.

O projeto se originou das conversas com a população local sobre o que havia restado da chapada e como reduzir os impactos ambientais sobre a mesma. Os quintais foram eleitos como sistemas a serem trabalhados por serem subsistemas fundamentais na produção do autoconsumo e, por conseguinte, serem espaços com presença predominantemente feminina.

Nesse sentido, a equipe de pesquisadores realizou levantamento junto com as famílias dos povoados a respeito das condições dos quintais (produção animal e vegetal, manejo, dificuldades, potencialidades), debatendo a seguinte questão: “o quintal que temos hoje e o quintal que queremos”. Para esse debate foram confeccionados desenhos pelas famílias mostrando o quintal de hoje e o quintal do futuro. A partir de então, as visitas técnicas passaram a acontecer mensalmente nos quintais das casas, momento em que se fazia o debate sobre os encaminhamentos para cada subsistema dos quintais: canteiros, criatórios de animais. A cada visita as mulheres comandavam o processo, explicando como tinham encaminhado ou não e porque as deliberações da última visita.

Paralela a essas atividades, as famílias, com a titularidade feminina, participavam de cursos e treinamentos intercalados sobre os seguintes conteúdos: Manejo de Pragas e Insetos, produção de compostagem e biofertilizantes, sistema PAIS- Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, Revolução Verde, Agroecologia, Agrotóxicos, Relações de Gênero, Organização da Produção, Comercialização, Agronegócio etc. Os treinamentos eram realizados sob a forma de “Dias de Campo”, e as mulheres tornavam-se multiplicadoras dos ensinamentos nos outros povoados. Nesses treinamentos, as famílias faziam a exposição do que e como sabiam fazer sobre o objeto do treinamento e, depois da exposição da equipe, abria-se o debate para dar prosseguimento ao treinamento propriamente.

Nesse processo, também se introduzia diversidade de espécies nos quintais, algumas eram trazidas da chapada na tentativa de readaptá-las em outro espaço. Essas etapas nem sempre eram conduzidas a contento, pois havia uma sutil resistência em incorporar novas idéias às práticas já “sacralizadas” como verdades absolutas.

Para algumas/alguns, especialmente os homens, a proposta da agroecologia, embora importante, se realiza por meio de processos longos, demorados.

Nessa hora, é acionado o pragmatismo da vida cotidiana dessas famílias (HELLER, 1970). Então, a defesa de “defensivos agrícolas” (agrotóxicos) se faz como um mal necessário. E, mais uma vez, o conceito de ideologia apresenta-se a exigir de nós maior atenção para entender que o processo de transição ecológica é algo que se caracteriza por ambiguidades e contradições em seu início pois está se propondo a ruptura com concepções respaldadas nas ciências àqueles que dela pouco usufruem em seu dia a dia. A transição agroecológica, com o nome pressupõe, trata-se de processos de novas aquisições de conhecimentos, isto é, de partilhas de saberes. Isto exige paciência e crença na proposta, talvez isso explique serem as mulheres os seus sujeitos mais representativos.

A transição agroecológica implica em mudança na concepção de mundo e talvez aí resida uma grande dificuldade. Isto posto, cabe falar na ruptura crescente com os “lugares” e “valores” atribuídos aos sexos na divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, a agroecologia consiste em uma prática em que os conhecimentos e saberes das mulheres são reconhecidos e valorizados na esfera pública e privada. Observa-se que em cada povoado, cerca de 30%, aproximadamente, do total de mulheres inseridas no projeto se afastaram alegando excesso de trabalho nos cuidados da casa e/ou dificuldade de incorporarem as atividades nos seus trabalhos produtivos. Percebemos que, para algumas, havia uma separação entre os ensinamentos agroecológicos nos cursos e treinamentos e os seus sistemas de produção familiar.

Então, à luz dessa realidade, evidencia-se a necessária articulação entre a transição agroecológica e os processos que levem à ruptura com o machismo nas famílias e em outras instituições, como o Estado.

Nessa perspectiva, o governo brasileiro, nos diversos planos de governo, tem se colocado no propósito de resguardar a dívida histórica com as mulheres. Este propósito está devidamente exposto no II Plano Nacional de Reforma Agrária e se afirma em outros planos.

Então, nessa direção, as agricultoras familiares de Brejo, inseridas na pesquisa, buscaram dialogar com o poder público municipal para inserir a produção agroecológica produzida pelas famílias em programas governamentais, tais como Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Esse é um processo ainda em construção.

Conclusão

A transição ecológica que se iniciou nos povoados pesquisados mostra as dificuldades de se tentar romper com o modelo hegemônico de produzir a nível ideológico, uma vez que há um arcabouço institucional que reafirma os valores herdados da Revolução Verde.

As mulheres, na pesquisa, apresentam como indicadores na proposta de transição agroecológica as iniciativas de diversificarem a produção dos quintais com vistas à incrementação da produção para o autoconsumo, mas entendem que é papel do Estado nas três esferas de governo assumir a perspectiva do agronegócio, fortalecendo experiências nessa linha, desenvolvidas pelas famílias de agricultores (as). E que o agronegócio, sob a aparência de modernidade, realiza-se através de práticas predatórias danosas à vida de espécies vegetais e animais, além de desorganizar a vida humana, colocando-a, inclusive, sob perigo de vida, como, por exemplo, ao promover a insegurança alimentar, retirando condições de produção e extração de alimentos que outrora possibilitavam a alimentação dessas famílias.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégia e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira das estratégias dos agronegócios IN: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; Acselrad, Henri; BERMANN, Célio et all. **Capitalismo globalizado e recursos naturais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2010. 350p. p.101-143.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba, Agropecuária, 2002. 592p.
- BORGES. Mayron Régis Brito. **O cerrado é chão: escrever é fazer ver**. São Luís, Fórum Carajás, 2008. 74p.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Editora Ática, [s.l:s.d].
- CAMPOS, Cristiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alas /RS**. Buenos Aires, CLACSO, 2011. 200p.

- CARRASCO, Cristina. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista In: SILVEIRA, Maria. Lucia da; Tito, Neuza (orgs). **Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo, Sempreviva Organização Feminista, 2008.p. 91-104.
- CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 2008.
- DELPHY, Christine. Teorias do patriarcado In: HIRATA, Helena; et al. (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo, Editora. UNESP, 2009. p.173-178.
- GARCIA Junior, Raul Afranio. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 236p.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1970. 121p.
- KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação In: BULPOTR-KARTCHEVSKY, Andrée; et al, (orgs.). **O sexo do trabalho**. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 79-83.
- LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro. Tradução de Luis Carlos Cabral. Civilização Brasileira, 2006. 555p.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Frank Muller. São Paulo, Martin. Claret. 2004. 147p.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, Vol 1: o processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna, 16ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991. 571p.
- MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio: uma história através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. Rio de Janeiro, Record, Rosa dos Tempos, 2002. 205p.
- NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. **A reprodução do campesinato em brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja: duas lógicas de desenvolvimento**. 2011. 330f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993. 347p.

- PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje* – nº 28, 7f, 1987. Disponível em: www.nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/o_peso_do_trabalholeve.pdf. Acesso em: 13 dez. 2010.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Renda e emprego: a viabilidade e o sentido da reforma agrária In: ROMEIRO, Adhemar Ribeiro *et al.* (orgs.). **Reforma agrária: produção, emprego e renda - o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro, Vozes/IBASE/FAO, 1994. p.75-86.
- SAFIOTTI, Heleieth. Lara B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Editora, Fundação Perseu Abramo, 2004. 151p.
- SHANIN, Teodor. Campesinato: questões teórico-políticas In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João. Edmilson. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª. ed. São Paulo, Expressão Popular/ Editora UNESP, 2008. p.23-47.
- SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2001. 152p.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1997. 192p.

Recebido em 24 de janeiro de 2015

Aceito para publicação em 13 de abril de 2015